ESTUDOS Sociedade e Agricultura

Recebido: 13 jun. 2025 • Aceito: 21 jan. 2026 • Publicado: 17 ago. 2026

Seção Temática
Conflitos Agrários e o Romance

As plantas daninhas na plantação-modelo: literatura, *plantation* e conflitos em torno da terra

Weeds on the model-plantation: literature, plantation and land conflicts

Eduarda Garcia Ferreira[1]

https://doi.org/10.36920/esa33-2_07

Resumo: O artigo analisa os conflitos agrários no Pampa sul-brasileiro, articulando pesquisa etnográfica e leitura do romance *As Aventuras da China Iron*, de Gabriela Cabezón Cámara (2021). A *plantation* da soja é apresentada como projeto de controle total que molda territórios, corpos e subjetividades, almejando o apagamento de modos de vida diversos. A partir do caso de Capão do Cipó (RS), a pesquisa revela como o agronegócio opera racializações, normatividades de gênero, regimes de verdade, homogeneização de paisagens e afetos. Em contraste, o romance é mobilizado como ferramenta crítica e especulativa, revelando alianças éticas com seres humanos e mais-que-humanos. O texto propõe que os conflitos agrários contemporâneos são embates ontológicos entre mundos inconciliáveis, nos quais

[1] Doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Mestra em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Bacharela em Gestão Ambiental (UERGS). Email: garciaferreiraduda@gmail.com. Lattes: lattes.cnpq.br/3002784081511646

Artigo original • Revisão por pares duplo-cego • Acesso aberto

emergem brechas e insurgências cotidianas. Plantas daninhas, desejos dissidentes e práticas subversivas se tramam performando desobediências que tensionam a *plantation* e fabulam futuros possíveis.
Palavras-chave: Monocultura. Soja. Conflitos Agrários. Rio Grande Do Sul.

Abstract: This study analyzes agrarian conflicts in the southern Brazilian Pampa, combining ethnographic research and a reading of the novel *The Adventures of China Iron* by Gabriela Cabezón Cámara (2021). This research describes soy plantations as a project of total control that shapes territories, bodies, and subjectivities to erase diverse ways of life. Based on the case of Capão do Cipó (RS), this research shows how agribusiness operates racializations, gender normativities, regimes of truth, and the homogenization of landscapes and affections. In contrast, this study mobilizes the novel as a critical and speculative tool evincing ethical alliances with human and more-than-human beings. This text proposes that contemporary agrarian conflicts configure ontological clashes between irreconcilable worlds that give rise to daily breaches and insurgencies. This study weaves weeds, dissident desires, and subversive practices into the performance of disobedience, tensioning the plantation and fabricating possible futures.
Keywords: Monoculture. Soybean. Agrarian Conflicts. Rio Grande do Sul.

Introdução

A paisagem do Pampa brasileiro, hoje marcada pela expansão da monocultura da soja, oculta sob a aparente homogeneidade verdejante uma multiplicidade de conflitos. Esses conflitos não se limitam às disputas formais pela terra: eles atravessam modos de vida, sentidos e afetos. Parte-se, portanto, do pressuposto de que os conflitos agrários contemporâneos não se restringem a embates materiais, mas envolvem choques entre cosmovisões inconciliáveis (Blaser, 2013; De La Cadena, 2015).

De um lado, a lógica homogeneizante da *plantation*, com seu projeto de controle total; de outro, modos de vida que resistem à mercantilização do espaço e à imposição de uma única racionalidade. Neste trabalho, concebe-se a *plantation* não apenas como um modelo agrícola baseado na monocultura e na concentração fundiária, mas como um projeto mais amplo de organização

da vida. Nesse sentido, dialoga-se com a noção de regime de agrobiopolítica proposta por Kregg Hetherington (2020) ao etnografar o *boom* da soja no Paraguai, segundo a qual a regulação da vida humana é indissociável da regulação tecnológica e política da vida vegetal: decidir quais plantas devem viver, como devem ser cultivadas e protegidas implica, simultaneamente, decidir quais populações humanas são expostas ao risco, à precarização ou à descartabilidade.

Com inspiração em autoras como Sylvia Wynter (1971), Katherine McKittrick (2013), Anna Tsing (2022), Donna Haraway *et al.* (2016) e Sophie Chao (2022), entende-se a *plantation* como um projeto que articula produção econômica, hierarquias raciais, controle dos corpos, apagamento das diferenças e homogeneização das paisagens e dos afetos. A *plantation* instaura regimes de verdade que definem quais modos de vida são considerados legítimos, quais vozes são preconizadas e quais existências se tornam excedentes. No Pampa sul-brasileiro, a expansão da monocultura da soja expressa de forma contemporânea essa lógica plantocrática (Barua, 2024).

Diante desse cenário, coloca-se a seguinte pergunta: como compreender tais conflitos para além das abordagens convencionais, reconhecendo neles embates ontológicos que desafiam as categorias clássicas da sociologia rural? Para responder a essa questão, este artigo propõe uma triangulação entre pesquisa etnográfica realizada no município de Capão do Cipó, localizado na região centro-oeste do estado Rio Grande do Sul, bioma Pampa, entre 2021 e 2023, leitura especulativa do romance *As Aventuras da China Iron*[2], de Gabriela Cabezón Cámara (2021), e aportes teóricos contemporâneos. Capão do Cipó possui uma área territorial de 1.004,796 km² e, segundo o IBGE | Cidades@ [...] (2017), abriga aproximadamente 3.119 habitantes, configurando-se como um município de baixa densidade populacional e fortemente ruralizado, o que o constitui como um *locus* privilegiado de pesquisa, considerando o predomínio da monocultura da soja, as dinâmicas socioterritoriais envolvendo os assentamentos da reforma agrária e seu contexto socio-histórico marcado por disputas em torno do uso da terra e dos modos de vida. A escolha por esse município se justifica, ainda, pelo fato de se tratar de um campo de pesquisa de longa duração, o que possibilitou a

[2] A obra foi publicada originalmente em espanhol, pela Penguin Random House, no ano de 2017. Já a tradução para o português foi realizada em 2021, pela Editora Moinhos.

construção de vínculos, a observação de processos em diferentes temporalidades e uma compreensão mais densa e situada das transformações territoriais, dos conflitos e das formas de enfrentamento.

A inspiração metodológica parte da proposta de Antonádia Borges (2001), para quem a ficção pode operar como chave indéxica, no sentido peirceano: não para representar literalmente os conflitos agrários, mas para aludir a suas camadas pormenorizadas – afetivas, simbólicas, históricas –, transcendendo a dicotomia entre o "real" e o "ficcional" e desvelando os alicerces da violência fundiária. A literatura, nesse contexto, não é tomada como ilustração ou teoria, mas como campo de pensamento sensível e especulativo, capaz de friccionar e ampliar os horizontes da análise sociológica.

As aventuras da China Iron corresponde a uma reescrita paródica e subversiva do clássico *El gaucho Martín Fierro*, de José Hernández (2017) – texto fundacional da identidade nacional argentina, marcado por um *ethos* patriarcal e por violências de gênero, étnicas e raciais. Ao inverter a perspectiva, Cámara entrega à protagonista – China Iron – a agência de narrar o mundo em sua travessia rumo ao delta do Paraná, enquanto constrói sua subjetividade em diálogo com o Pampa e seus seres mais-que-humanos. A autora não apenas denuncia as violências fundiárias e coloniais que conformam a história pampeana, como também propõe, poeticamente, mundos possíveis. No projeto literário de Cámara desponta uma ética da comunhão, na qual vínculos não antropocêntricos tornam-se pensáveis como alternativa à lógica excludente da *plantation*. No gesto especulativo da literatura, compreendido aqui como uma forma de antropologia especulativa (Saer, 2012), que não se opõe à verdade, mas a explora por outras vias, não se elimina o caráter indéxico da ficção, ancorado em referentes históricos e sociais; opera-se, antes, um deslocamento que expande seus limites.

Embora ambientado no território argentino, *As aventuras da China Iron* se trata de uma ficção que mobiliza imagens, afetos e narrativas que atravessam fronteiras nacionais e reverberam o Pampa sul-brasileiro como território em disputa, revelando camadas de colonialidade, violência agrária e resistência que atravessam toda a região. A escolha pelo romance fundamenta-se, portanto, em sua força expressiva para trazer à tona, criticamente, os conflitos agrários

pampeanos a partir de um olhar transfronteiriço e desnaturalizador. Ao deslocar a análise para outro contexto nacional – inserido no mesmo bioma e sob a mesma matriz colonial – evita-se as armadilhas do "excepcionalismo brasileiro" nos estudos agrários, situando os conflitos locais como expressões de uma lógica sistêmica mais ampla que articula fronteiras, territórios e modos de vida.

Ao aproximar o universo literário de China Iron das narrativas colhidas em campo, não se busca ilustrar uma realidade previamente dada. O romance, longe de ser mero adorno, opera como um dispositivo de imaginação crítica (Candido, 2014; Saer, 2012): um espaço de abertura para pensar outros mundos possíveis, onde terra, corpo e vida se reconfiguram em movimento e contradição. Em vez de reafirmar fronteiras rígidas entre arte e ciência, a aposta se dá em uma escrita movente, que borda dados, relatos, sentimentos e análises, inspirada nas metodologias insurgentes e criativas que vêm desafiando os modos convencionais de produção de conhecimento nas ciências sociais (Law, 2004).

Propõe-se, assim, um deslocamento do foco das disputas materiais para os conflitos entre modos de existência, com o objetivo de acessar as dimensões obscurecidas da violência fundiária, frequentemente invisibilizadas por abordagens regulatórias. Ao distender as fronteiras disciplinares e epistemológicas, o texto busca contribuir para uma compreensão ampliada dos conflitos no campo como disputas por mundos, alinhando-se aos debates recentes da sociologia agrária crítica (Borras Jr. *et al.*, 2011; Sauer; Leite, 2012; Wolford, 2010), que têm evidenciado como os embates contemporâneos em torno da terra e do território não dizem respeito apenas à propriedade ou à produção, mas envolvem concepções divergentes de vida, natureza e pertencimento.

Este artigo se organiza em três eixos principais, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, são discutidos os conflitos agrários como conflitos de mundos, analisando os embates ontológicos entre a lógica da *plantation* e os modos de vida tradicionais no Pampa. Na segunda, a *plantation* da soja é abordada como projeto de controle total no município de Capão do Cipó, evidenciando dispositivos simbólicos, materiais, ontológicos e afetivos de dominação. Por fim, na terceira parte, são exploradas as brechas

e insurgências cotidianas – das Prímulas-da-tarde às narrativas dos assentados da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – em diálogo com os imaginários mobilizados pelo romance de Cámara. Ao tramar essas dimensões, o artigo propõe uma leitura crítica dos conflitos agrários que conjuga estrutura social, experiência vivida e imaginação literária.

Conflitos agrários como conflitos de mundos

Os conflitos agrários são frequentemente reduzidos, nos discursos oficiais e em parte da literatura acadêmica, a disputas por terra ou recursos naturais, entendidos como bens materiais escassos. Essa visão, enraizada em perspectivas jurídico-econômicas, falha em capturar sua complexidade ontológica. Nessa chave, o conflito é interpretado como um desajuste corrigível dentro do sistema – por políticas públicas, função social ou inclusão econômica.

Essa lógica também se expressa na própria arquitetura institucional da reforma agrária brasileira, que define a terra com base em módulos fiscais e produtividade econômica, desconsiderando os múltiplos sentidos que ela pode ter enquanto território de pertencimento, ancestralidade, vínculo espiritual ou lugar de vida. A terra, assim, é convertida em unidade técnica de mensuração e cálculo, reduzida ao que pode ser quantificado, registrado e avaliado segundo critérios estatais e mercantis.

Binkowski (2018), citando Fernandes (2008), amplia parcialmente essa perspectiva ao compreender os conflitos como confrontos entre forças sociais distintas, em condições políticas adversas, que mobilizam negociação, manifestação, luta popular e diálogo. Trata-se de uma leitura que incorpora a dimensão política e relacional dos conflitos, mas que ainda se insere no paradigma moderno da sociologia rural. A proposta aqui defendida pretende ir além, ao defender os conflitos agrários como embates ontológicos, a saber, disputas entre mundos que não compartilham os mesmos pressupostos sobre o que é a terra, quem importa e o que conta como vida.

Aqui, propomos pensar que um conflito agrário é muito mais do que um "estado de confronto entre forças opostas" – é um embate entre mundos, em que se chocam modos radicalmente distintos de existir, conhecer e habitar o território. Para Strathern (2019), um choque ontológico ocorre quando mundos

distintos – com formas inconciliáveis de constituir o real – colidem, mesmo que sob aparências de compreensão mútua. Não se trata de divergências sobre "interpretações" de uma mesma realidade, mas de embates entre realidades distintas, nas quais categorias como "natureza", "terra" ou "propriedade" operam de modos radicalmente diferentes, ou sequer inexistem (ou sequer são concebíveis) de um lado para outro, de mundos em conflito (Blaser, 2013).

No Brasil, a questão agrária é precisamente o lugar em que essa violência ontológica se cristaliza como projeto histórico estruturalmente colonial e racializado. Como evidenciam Furtado, Kato e Barros Junior (2022), a Lei de Terras de 1850 consolidou um regime de acesso à terra baseado na compra e venda, impedindo, principalmente, ex-escravizadas(os), indígenas e empobrecidas(os), caracterizando a estrutura fundiária brasileira como marcadamente elitista, branca e masculina, na qual raça, gênero e classe se interligam para garantir a manutenção de um sistema que perpetua o monopólio da terra e exclui a maioria da população, especialmente mulheres negras e indígenas, do acesso e controle sobre esse bem vital. A concentração fundiária atual (em que 90% das grandes propriedades são controladas por brancos) é herdeira direta dessa lógica, que opera sob o fantasma da *terra nullius* – a ficção jurídica que declarou territórios tradicionalmente ocupados como "vazios" e, portanto, disponíveis para apropriação privada (Dolce; Borges, 2024).

A terra não é vazia e a autora do romance desmantela poeticamente a noção do Pampa como espaço desabitado e passivo, tão cara à ficção da *terra nullius*. Em um dos primeiros momentos de sua travessia, China Iron comenta: "Eu também nem sabia o que era um deserto, embora percebesse que tanto vazio não podia ser natureza nesses pampas" (Cámara, 2021, p. 30). A percepção da protagonista interpela a narrativa colonial que confunde silêncio com ausência e vazio com disponibilidade. O romance nos mostra que há vida – inclusive subterrânea – mesmo quando a superfície parece quieta. Essa escuta do húmus como matriz – "matéria e continente" – ecoa as ontologias que reconhecem a terra como corpo, espírito e memória. Em uma das imagens mais impetuosas da obra, China observa: "Choveu e a água foi varrida com a piedade do pó: tudo foi barro e ossos emergentes" (Cámara, 2021, p. 35). A paisagem, que a

lógica da *plantation* busca apagar, emerge – e devolve à superfície os rastros das violências enterradas. A chuva revela, os ossos emergentes são testemunhos dos corpos esquecidos, das batalhas ocultadas, das existências que a colonialidade tentou soterrar para declarar a terra "sem dono". Essa cena implode a fantasia do vazio: o que parece deserto é, na verdade, um campo de forças e fantasmas – espaço sobremaneira habitado, ainda que silenciado.

A negação dessa presença revela que essa estrutura não é apenas econômica, mas ontológica: ela naturaliza a terra como recurso passivo, divorciado de relações sociais, históricas ou espirituais (Nkosi, 2023). Como mostra Nkosi (2023) no caso sul-africano, onde batatas eram associadas a "cabeças humanas", a violência fundiária sempre envolve uma desumanização epistêmica – a negação de que certos grupos (e os mundos que habitam) sequer existem como sujeitos de direito.

Esses embates não dizem respeito apenas a interesses distintos, mas a ontologias conflitantes – modos inconciliáveis de conceber o que existe, o que tem valor e o que deve ser protegido. Como argumenta Mauro Almeida (2013), os conflitos ontológicos não são apenas culturais: são guerras pela existência de entes, realidades em competição que não podem ser reduzidas a uma ontologia única e minimalista. A *plantation*, nesse contexto, não destrói apenas ecossistemas ou economias locais – ela aniquila ontologias, substituindo relações de reciprocidade por uma lógica mercantil em que tudo é convertido em cifra. Ou seja, o avanço da soja também opera pela destruição de mundos.

No contexto do campo de pesquisa, essa lógica se manifesta no discurso colonizador de uma família de ascendência italiana que chega na região e passa a considerar a comunidade local como plantas daninhas, ou seja, como pessoas incapazes de prosperar a terra, de florescê-la em seu potencial econômico, narrativa que justificou não apenas o avanço da tomada territorial, mas a própria ressignificação do lugar por meio da mudança de seu nome original, apagando assim as camadas de significado pré-existentes, como quem extermina "pragas" que ameaçam a plantação-modelo.

A chegada da personagem Liz, a inglesa, ao Pampa, no romance, espelha esse movimento: ambos os casos nos dão vislumbres de como o projeto colonial

se sustenta na desumanização do outro e na reescrita violenta do território. Liz e Oscar, seu marido, encarnam esse impulso civilizatório – expressão do desejo por impor certa ordem, progresso e produtividade à região. Contudo, diferentemente dos colonos de ascendência italiana em Capão do Cipó, ao longo da narrativa a visão colonialista de ambos se transmuta. É Liz quem impulsiona Oscar nessa jornada, consequência direta de sua desaprendizagem do olhar imperial, em parte, fruto de sua relação com China Iron e da viagem que realizam por entre outros modos de existência, afetividade e relação com a terra.

Essas narrativas – ficcional e etnográfica – sobressaltam que definições convencionais de conflito agrário são insuficientes, como então conceituá-los? A chave pode estar nos aportes da cosmopolítica (De La Cadena, 2018) e da noção de pluriverso (Blaser; De La Cadena, 2018). Enquanto a política moderna opera sob a dicotomia natureza/cultura (onde apenas humanos têm agência política), a cosmopolítica reconhece que montanhas, rios e florestas podem ser atores em disputas territoriais – como no caso dos *Awajun-Wampi* no Peru, para quem os rios são "irmãos que matam nossa sede" (De La Cadena, 2018, p. 97).

O pluriverso, por sua vez, representa uma proposta teórica e política radical de reorientação civilizatória, surgindo como resposta às crises da modernidade e do desenvolvimento. Ele desafia a hegemonia de um "Mundo Único" (o Universo da modernidade ocidental) para propor a coexistência de múltiplos mundos e ontologias (Escobar, 2012). Na região etnografada, um agricultor de mais de 70 anos persiste em cultivar sua roça, com um olhar atento que contrasta radicalmente com a lógica circundante da soja. Seu modo de semear, esperar o tempo certo e colher com abundância não é um mero "atraso tecnológico", mas a manifestação concreta do que Blaser e De La Cadena (2018) chamam de pluriverso: enquanto os monocultivos impõem um ritmo homogêneo e relações puramente instrumentais com a terra, seu cultivo mantém as sementes como parentes, entidades com quem se estabelece uma relação de reciprocidade que transcende a produtividade imediata. Nessa pequena roça, coexistem mundos inconciliáveis: de um lado, a temporalidade acelerada da *commodity*; de outro, o tempo de plantar-colher que reconhece a

terra como ser vivo. A monocultura de soja, ao impor sementes transgênicas e pacotes tecnológicos, disputa mais do que apenas recursos, mas não extingue completamente a possibilidade mesma de outros mundos.

Essas ferramentas performatizam a realidade da *plantation*, como no romance *As Aventuras da China Iron*, no qual a estância é um dispositivo de apagamento – das histórias indígenas, das sexualidades dissidentes, das paisagens não domesticadas. A narrativa revela como o projeto civilizatório dos pampas se constrói sobre a negação de outros mundos possíveis: "é preciso que estejamos nós [...] para transformá-los em outros" (Cámara, 2021, p. 96) e "tirá-los do estado de larva" (Cámara, 2021, p. 98), afirma Hernández, personagem que encarna esse poder colonizador e a lógica colonial. Essa outra temporalidade-relação com a terra, nessa visão, onde "o que Hernández nos mostrava era o homem do futuro: ele mesmo era um deles, eu caminho de ferro, eu força do vapor, eu economia dos pampas, eu semente da civilização e progresso nessa terra feraz e bruta, nunca antes arada" não passa de mero obstáculo ao desenvolvimentismo (Cámara, 2021, p. 99).

É nesse arcabouço que o enfrentamento aos conflitos agrários exige uma redefinição radical do que é "terra". Como argumenta Nkosi (2023), para muitos povos, a conexão com o território extrapola a dimensão materialista e legalista – é uma relação de parentesco, na qual os antepassados estão enterrados e os não humanos (como rios e árvores) são interlocutores. A compreensão dos conflitos agrários como embates ontológicos encontra eco também nas práticas cotidianas de povos como os *Cottica Ndyuka*, conforme analisa Olívia Maria Gomes da Cunha (2024). Em sua etnografia, a autora descreve os modos como mulheres *Ndyuka* manipulam a terra para moldar as *pemba doti*, esferas de barro utilizadas em rituais terapêuticos e de cuidado. Nesse gesto, a terra é uma entidade relacional e sensível, com a qual se compõem mundos e se sustentam corpos. Trata-se de uma ontologia em que não há separação entre matéria, espírito e relação social, vale dizer, uma forma de habitar que desafia radicalmente a lógica da *plantation*. Quando contrastadas com a racionalidade produtivista e homogeneizante da monocultura, tais práticas revelam não apenas diferenças culturais, mas formas distintas de existir e de atribuir valor à terra e à própria vida.

Essa concepção ecoa nos territórios quilombolas, entendidos não como simples heranças da fuga, mas como espaços de elaboração contínua de pertencimento e de mundos outros. Como afirma Antônio Bispo dos Santos, "a terra dá, a terra quer", isto é, a terra não é posse, mas relação e reciprocidade (Santos, 2023, p. 59). Também nas cosmologias andinas, as montanhas (*Tirakuna*) são compreendidas como seres-terra com os quais se estabelecem alianças ontológicas (De La Cadena, 2020). Essa terra-ente desafia a noção ocidental de propriedade. Quando Máxima Acuña, no Peru, luta para proteger a lagoa, ela não defende um "recurso hídrico", mas uma relação de cuidado mútuo (*uyway*) que a lei moderna não consegue registrar. Da mesma forma, os conflitos agrários no Sul do Brasil não são disputas por um simples espaço geométrico, mas guerras de mundos. Eles revelam, como propõe Glowczewski (2021), que a terra é um evento, algo que se faz nas práticas, nas histórias e nas lutas.

A perspectiva do pluriverso nos permite enxergar que, quando um campo natural é arado para o plantio de soja, não é apenas um ecossistema que desaparece, é um modo de existência que é obliterado. Como China Iron descobre em sua travessia pelos pampas, mesmo na aparente vaziosidade, há vida pulsante. Realçando, essa vitalidade desmente o mito da *terra nullius* – o que a *plantation* chama de "deserto" e "vazio" para que possa avançar em seu projeto de controle total.

A plantation da soja como projeto de controle total em Capão do Cipó

Ao circular pelas estradas de chão batido e pelas vias asfaltadas de Capão do Cipó, uma imagem se repete: vastas extensões de terra, contínuas e retas, cobertas quase exclusivamente pela monocultura da soja. Ideais antigos de ordem e limpeza se atualizam. Perto das estradas, placas de identificação varietal chamam a atenção, são instaladas pelas empresas de sementes ou cooperativas agrícolas às margens das lavouras, para divulgar a variedade da soja cultivada e outras informações técnicas. Sinalizam a presença corporativa no território, operando como dispositivos de legitimação técnico-científica da lógica da *plantation*. A plantação-modelo e a estética do controle são celebrados.

Essa paisagem aparentemente estática é resultado de transformações que reconfiguram a região ao longo dos últimos séculos. O território do atual

município de Capão do Cipó foi originalmente habitado por povos Guarani, cujos modos de vida baseados em policultura e coleta foram violentamente transformados pela colonização jesuítica e pela pecuária extensiva (Laroque, 2011). No século XIX, as sesmarias e a Lei de Terras de 1850 consolidaram uma estrutura latifundiária e racializada, excluindo indígenas e negros da propriedade (Osório, 2005). No século XX, a modernização agrícola acelerou a expansão da soja, que hoje ocupa 78,6% da área municipal, indicando uma especialização produtiva quase absoluta. (Cobertura do Solo..., 2021), controlada por grandes proprietários (94% autodeclarados brancos) e empresas do agronegócio (IBGE | Cidades@..., 2017). Os quatro assentamentos da reforma agrária, implementados entre 1987 e 2003, ocupam apenas 5% do território – pouco mais de 3.850 hectares (Relação de Assentamentos..., 2025) – revelando as contradições da política agrária na fronteira do agronegócio. Nesses espaços, famílias alternam entre cultivar soja por cálculo econômico – muitas vezes mobilizando saberes prévios – ou ceder ao arrendamento da terra, num movimento que escancara como a lógica da *plantation* se infiltra mesmo em territórios pensados para contestá-la. Trata-se de um domínio sutil, quase imperceptível – exceto pelo ruído constante das máquinas: caminhões carregando grãos, retroescavadeiras desmantelando o solo, pulverizadores lançando gotas praticamente invisíveis de agrotóxico no ar e tratores espalhando calcário para corrigir as "deficiências" da superfície agricultável. Um barulho insistente que contrasta com o silêncio das políticas públicas e com o apagamento das formas alternativas de viver com a terra.

As árvores, aos poucos, são cortadas, as áreas úmidas (banhados) são dissecadas, os cemitérios, soterrados, e os campos naturais, mecanicamente arados. Nisso, novos silos vão sendo construídos e mais corpos sendo cooptados para a plantação. Ouve-se pouco, mas sente-se muito. O cheiro de agrotóxico no fim das tardes fica impregnado nas estranhas. A poeira da colheita transpõe as frestas e se instala dentro das casas, consequência da inserção há décadas de uma cooperativa agrícola dentro dos limites municipais entendidos como urbanos. A *plantation* da soja se alastra, hectare por hectare, almejando o controle total.

A escala da produção agrícola contrasta com o tamanho da população: em 2017, foram registrados 69.287 hectares plantados com soja, o que posiciona o

município como o 9º maior produtor do grão em área plantada no Rio Grande do Sul e o 24º no país. A hegemonia da soja está associada a um processo de territorialização da lógica da *plantation*, no qual tudo – terras, casas, carros e até vidas humanas – é convertido em sacas de soja.

Em campo, ouve-se relatos de que, quando trabalhadores morrem, o valor das indenizações pagas às viúvas ou às famílias é calculado em número de sacas – o que expressa uma equivalência brutal entre vida e produção. Em muitos casos, o que circula nos comentários locais não é lamento, mas espanto ou mesmo inveja pela quantia recebida, como se aquela vida não valesse aquilo tudo. A morte, então, não é só um fim, é também um evento econômico, uma linha em uma planilha.

Essa lógica aparece de forma ficcional e pungente no conto "Má sorte", de Paulliny Tort (2021), na obra *Erva brava*. O conto é um discurso narrativo em segunda pessoa, no qual o(a) leitor(a) pode "ocupar" o lugar do trabalhador que se encontra praticamente engolido por grãos de soja em um silo. Ao ouvir que será necessário furar a estrutura para que possa ser resgatado, ele próprio reflete, já sufocado e com o corpo pressionado pela soja: "Lá se vai o silo tão caro, a vida tão pequena, os bombeiros, os grãozinhos, e começa uma chateação para o dono da soja" (Tort, 2021, p. 35). Não é o patrão quem verbaliza esse cálculo brutal – é o próprio narrador, encarnando a lógica em que a vida se reduz a prejuízo, ruído logístico, despesa inesperada. A literatura, aqui, funciona como chave indéxica que escancara o substrato afetivo e moral da *plantation*: a existência se torna cifra, o sofrimento é naturalizado, e a morte se encaixa como parte do fluxo de perdas aceitáveis do negócio.

Mas essa lógica não se desvela apenas nos momentos extremos de tragédia. Ela também estrutura os ritmos mais ordinários da vida nos territórios dominados pela soja. O calendário local, por exemplo, é regido pelo ciclo da monocultura: entre o plantio e a colheita, organizam-se o trabalho nas propriedades, o comércio e até os tempos do convívio comunitário. Durante o plantio e a colheita, o movimento nas ruas se intensifica, os caminhões, tratores e colheitadeiras circulam até a madrugada. À medida que a noite cai, ao longe tilintam luzes desconexas na escuridão da *plantation*. Quase todas as vidas gravitam em torno da monocultura e dos humores do mercado internacional.

Mais do que um sistema produtivo, a *plantation* organiza também os sentidos coletivos de pertencimento e identidade. Durante as comemorações dos 22 anos de emancipação política de Capão do Cipó, em abril de 2022, realizado em praça pública, uma apresentação musical sobressaiu de forma particular. A intérprete, uma jovem mulher branca ligada à política local e ao agronegócio, justificou a escolha da canção afirmando que ela representava seu município. A letra exaltava o amor à cidade e à família, ao mesmo tempo em que repudiava as pessoas "de fora" que chegavam com ideais de modernidade, vistos como ameaça às tradições. Mas, afinal, de qual modernidade se falava ali? Pois onde se planta soja com os mais sofisticados maquinários agrícolas, onde se aplicam agrotóxicos e se utilizam sementes geneticamente modificadas, onde se constroem silos monumentais para o armazenamento de grãos, certamente não falta tecnologia, tampouco modernidade. A crítica da canção, portanto, não se dirigia a essa modernidade técnico-produtiva, mas a uma outra: uma modernidade que estaria encarnada em pessoas dissidentes das normatividades de gênero, sexualidade, raça e organização familiar.

Nesse contexto, a canção revelou uma norma tácita: Capão do Cipó seria um lugar conservador, de arranjos familiares cis-heterossexuais e práticas tradicionais sancionadas socialmente. A letra operava como enunciação performativa de pertencimento, traçando fronteiras sobre quem pode ou não integrar a comunidade local de forma legítima e respeitável. Pela música, os valores da *plantation* são exaltados e naturalizados, funcionando como referências morais compartilhadas – algo que ressoa com a presença de oito congregações cristãs protestantes no pequeno município.

É nesse ponto que o pensamento do personagem Hernández, em *As aventuras da China Iron*, contribui para discernir a articulação entre religião, disciplinamento e projeto civilizatório. Para ele, era fundamental emprestar a Bíblia à massa de trabalhadores, pois a religião ensinaria "coisas boas", como a obediência ao Senhor e a prática da monogamia (Cámara, 2021). Tal como em Capão do Cipó, o discurso religioso atua como instrumento de legitimação da *plantation*, ensinando submissão, regulando afetos e silenciando dissidências, enquanto reforça o ideal de uma coletividade homogênea, cristã, disciplinada e heteronormativa.

Como aponta Gabriel Holliver (2021), há uma profunda interdependência entre o projeto de unidade cultural e a homogeneização da paisagem agrícola. A identidade cultural é figurada como branca, cristã e cis-heterossexual; a paisagem, como o "deserto verde" da soja. Embora distintos em forma, ambos os projetos compartilham o objetivo de suprimir a diversidade, convertendo-a em uma unidade empobrecida e vulnerável.

A literatura evidencia o vínculo entre civilização, progresso e violência de forma contundente. Ao narrar a colonização dos pampas, Cámara (2021) desenha a lógica de apagamento das culturas originárias e de repressão às dissidências. Hernández assume a missão de conquistar a terra e moldar como o barro os sujeitos de acordo com os ideais da pátria. A retórica empregada aparece como desdobramento para a legitimação de múltiplas violências sob o pretexto de progresso e solidificação de um estado-nação.

No romance, Cámara magistralmente estabelece a analogia entre o "progresso" dos pampas e a domesticação tanto de animais quanto de pessoas, revelando a lógica de disciplinamento que sustenta o avanço da modernização. O velho personagem, defensor entusiasta desse ideal civilizatório, celebra a transformação da terra e dos corpos – onde tudo o que é selvagem deve ser educado, domesticado e convertido em algo útil, "deixando para trás os modos não civilizados das estâncias anteriores a ele" (Cámara, 2021, p. 85). A industrialização pampeana é o objetivo a ser perseguido. Nessa paisagem e sob essas narrativas, os que fogem à norma – como o gaúcho "invertido" e negro que "foi preso na estaca" por se amar com outro homem (Cámara, 2021, p. 111-112) – são alvo de castigo exemplar. Segundo argumenta Holliver (2021), os processos de melhoramento e padronização operam tanto sobre sementes quanto sobre corpos, como parte de um mesmo projeto de disciplinamento social e produtivo – projeto esse que encontra sua expressão material na própria estrutura fundiária de Capão do Cipó.

Esse caso ecoa na maneira como a soja é figurada literariamente: não apenas como cultivo, mas como uma força devoradora, insaciável, que exige sacrifícios e oblitera tudo ao seu redor (Tort, 2021). A ficção, assim, questiona e torna visível através de um regime de sensibilidade aquilo que o agronegócio procura naturalizar e silenciar – uma territorialidade moldada

pela lógica esmagadora da homogeneização e pelo silêncio da monocultura. Em determinado momento, é a própria voz narradora que reconhece: "é a soja que importa" (Tort, 2021, p. 32). Ao final, "as monoculturas matam mais do que os seres humanos e, quanto mais se consolidam, mais mortes causam" (Hetherington, 2020, p. 11).

Os números do Censo Agropecuário 2017 auxiliam a compreender a extensão da lógica plantocrática (Barua, 2024) no município: as 294 propriedades dedicadas à soja não são meras unidades produtivas, mas células de um organismo maior que produz 174.767 toneladas de grãos através de uma geometria do poder espacial. Nesse cálculo preciso de dominação, cada hectare plantado conta: a média de 235,65 hectares por estabelecimento desenha um mapa de concentração em que só têm lugar os grandes proprietários capitalizados. Suas operações, dependentes de maquinário pesado e insumos químicos, replicam em escala agronômica a mesma violência epistêmica que silencia corpos indóceis. A *plantation* não se contenta em dominar terras, precisa também cultivar uma certa ideia de sujeito: branco, capitalizado, cis-heteronormativo e tão padronizado quanto suas sementes transgênicas.

A Tabela 1 explicita a anatomia desse domínio, evidenciando um padrão de distribuição da terra que dialoga diretamente com a histórica concentração fundiária que caracteriza o campo brasileiro. Através da tabela podemos observar a distribuição da área e da quantidade de estabelecimentos no município segundo classes de tamanho, revelando que, embora os estabelecimentos com menos de 200 hectares sejam majoritários em termos numéricos (442 propriedades), ocupam uma parcela reduzida do território, em torno de 15% da área total. Em contraste, os estabelecimentos acima de 200 hectares, embora representem apenas 89 unidades (16,7%), concentram cerca de 85% da área total do município, revelando um padrão acentuado de concentração fundiária.

Dentro desse grupo, destaca-se o peso das grandes propriedades: os 21 estabelecimentos com mais de mil hectares (apenas 3,95% do total) concentram sozinhos mais de 43% da área total (38.103 hectares), demonstrando o papel central dos grandes empreendimentos na configuração fundiária local. Esse cenário local reflete a dinâmica nacional. Dados do Censo Agropecuário de 2017 para o Brasil mostram uma tendência convergente: os estabelecimentos

com menos de 50 hectares correspondiam a 81,4% do total, mas ocupavam apenas 12,8% da área. Em contrapartida, aqueles com mais de 2.500 hectares, que representavam meros 0,3% dos estabelecimentos, concentravam 32,8% da área total (IBGE | Cidades@..., 2017). Assim, mesmo com diferenças nos recortes de análise, verifica-se que Capão do Cipó reproduz, em escala municipal, a lógica de concentração fundiária que caracteriza o país.

Tabela 1 – Estrutura fundiária completa de Capão do Cipó com base nos dados de 2017.

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos (nº)	%	Área (ha)	%
De 0,5 a menos de 1	2	0,38	X[3]	X
De 1 a menos de 2	11	2,07	15	0,02
De 2 a menos de 3	3	0,56	6	0,01
De 3 a menos de 4	9	1,69	29	0,03
De 4 a menos de 5	8	1,51	33	0,04
De 5 a menos de 10	34	6,40	225	0,26
De 10 a menos de 20	166	31,26	2.600	2,95
De 20 a menos de 50	133	25,05	3.532	4,01
De 50 a menos de 100	44	8,29	3.191	3,62
De 100 a menos de 200	28	5,27	3.721	4,22
De 200 a menos de 500	30	5,65	9.529	10,81
De 500 a menos de 1.000	38	7,16	27.151	30,81
De 1.000 a menos de 2.500	18	3,39	25.275	28,68
De 2.500 a menos de 10.000	3	0,56	X	X
Produtor sem área	4	0,75	–	–
Total	531	100,00	88.133	100,00

Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base no Censo Agropecuário e Tabela 6880 (IBGE | Cidades@... (2017).

Nesse território, plantar soja e, principalmente, ser proprietário[4] das terras onde o grão é semeado, denota legitimidade de falas e ações, além de privilégios sociopolíticos. É pertinente apontar que segundo os dados do último Censo Agropecuário (IBGE | Cidades@..., 2017), dos 89 proprietários de terra com mais de 200 hectares, 84 se autodeclararam brancos e cinco pardos, utilizando os termos e classificações adotados pelo censo, isso em um município onde

[3] Valores identificados como "X" correspondem a dados suprimidos pelo IBGE por motivo de sigilo estatístico, estando incorporados apenas nos totais gerais.

[4] Adota-se, nesse contexto, proprietário, no masculino, devido à concentração da posse da terra em posse de homens brancos, como denota o último Censo Agropecuário.

78,02% da população se declara branca(o). Outrossim, se ao investigar as características dos que possuem mil ou mais hectares de terra, é possível constatar que são todos brancos. Face à racialização da propriedade (onde 94% dos grandes proprietários são brancos), a soja transcende sua condição de *commodity* para se tornar um vetor de branqueamento socioeconômico que confere não apenas lucro, mas pertencimento à branquitude.

A concentração fundiária municipal materializa o que Camila Penna (2023) identifica como a dupla seletividade do Estado brasileiro – estrutural e racial – operando em sinergia. A seletividade estrutural, ao priorizar a propriedade privada como ativo econômico do agronegócio, cria as condições para que apenas 15% das terras não sejam controladas por médios e grandes proprietários. Porém, como alerta Penna, essa seletividade nunca é neutra racialmente: os dados do Censo revelam que ela se combina com uma seletividade racial que reserva a grande propriedade quase exclusivamente à branquitude (apenas 6% não o são). Essa imbricação confirma a tese da autora de que "o Estado foi construindo seletividades estratégicas de viés racial que dificultaram o acesso à terra para a população não branca" (Penna, 2023, p. 21), produzindo um *apartheid* fundiário velado. O caso de Capão do Cipó demonstra como, seguindo a lógica analítica proposta por Penna, a justificativa produtivista (seletividade estrutural) só se sustenta porque articulada a um projeto racializado de ocupação do território, onde branquitude e agronegócio se tornam sinônimos de modernidade legítima.

Dessa forma, podemos pensar que plantar soja é entrar, também, em um processo de branqueamento socioeconômico e aceder à branquitude e seus privilégios. Nos quatro assentamentos da reforma agrária no município – onde vivem cerca de 200 famílias –, a relação com a soja é marcada por contradições. Se alguns veem a monocultura como ameaça, outros, como um interlocutor destacou em campo: "Viemos do norte do estado já sabendo plantar soja, isso é nosso saber também". Os relatos colhidos revelam um espectro de posições: desde quem arrenda terras a sojeiros por necessidade econômica (muitas vezes perdendo autonomia sobre lotes), até quem adota o cultivo por cálculo estratégico, vendo nele possibilidade de ascensão. Essa complexidade desmonta visões idealizadas – os assentamentos não são ilhas de pureza e

resistência contra a monocultura, mas espaços onde se negociam diariamente projetos de vida, heranças técnicas e pressões do agronegócio.

Essas decisões têm implicações que vão além da esfera econômica: a presença da soja, mesmo quando não cultivada diretamente pelos assentados, transforma o cotidiano. Já em 2013, Tanise Pedron da Silva e José Antônio Costabeber alertaram que a monocultura nos assentamentos do município produzia impactos diretos sobre os hábitos alimentares e a segurança alimentar, o uso da terra, as práticas culturais e a própria sociabilidade rural. Em assentamentos que antes produziam alimentos diversos – milho crioulo, feijão, hortaliças, leite e derivados – observou-se o encolhimento das roças, a substituição da produção de subsistência por produtos comprados nos supermercados da cidade e o consequente aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. A terra cultivada por outros ou pelos próprios assentados, com agrotóxicos, muitas vezes dificulta a criação de galinhas soltas ou o plantio de hortas próximas às casas, alterando não apenas práticas agrícolas, mas também modos de ser no mundo.

Esse cenário explicita como a lógica da *plantation* da soja opera sobre múltiplas camadas. No município, a maioria dos postos de trabalho está vinculada ao agronegócio – em empresas como Agrofel, 3 Tentos, Agropan, AgroBio e Coopatrigo, algumas com mais de uma unidade no território. Essas empresas, símbolos da presença hegemônica da soja, moldam o mercado de trabalho local, priorizando funções técnicas e operacionais majoritariamente ocupadas por homens, reforçando a divisão sexual do trabalho e a masculinização das práticas produtivas.

No setor agroindustrial local, essa divisão sexual do trabalho se manifesta na alocação das mulheres em funções de cuidado e suporte – como cozinheiras, empregadas domésticas ou assistentes administrativas – enquanto os postos operacionais e de decisão permanecem sob domínio masculino. Essa hierarquia, longe de ser neutra, reflete a construção social do trabalho leve (Paulilo, 1987), categoria que, embora demande esforço físico e horas extensas, é sistematicamente desvalorizada quando associada ao feminino. Paulilo (1987) defende que a classificação de uma tarefa como "leve" ou "pesada" não deriva de sua complexidade objetiva, mas de quem a executa: trabalhos realizados

por mulheres – mesmo quando insalubres ou cansativos – são naturalizados como "auxiliares", justificando menor remuneração e exclusão de cargos de gestão. Essa lógica, que na agricultura familiar relegava às mulheres o estatuto de "ajuda" (Brumer; Anjos, 2008), repete-se no agronegócio, contexto em que a dupla jornada feminina (entre o emprego precarizado e o trabalho doméstico) é invisibilizada pela falsa dicotomia entre "trabalho produtivo" (masculino) e "atividades de suporte" (femininas).

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE | Cidades@... 2017) corroboram essa assimetria: em Capão do Cipó, mulheres são registradas como "proprietárias" em apenas 11,11% dos estabelecimentos rurais municipais. Número este mais alarmante que a média nacional, na qual as mulheres são registradas como "proprietárias" em 19% dos estabelecimentos rurais. Essa disparidade revela como a hierarquia familiar patriarcal (Paulilo, 1987) – que reserva aos homens o título de "chefe do estabelecimento" – se transplanta para o universo agroindustrial, no qual a técnica e a máquina seguem como domínios masculinos, e o cuidado, como extensão "natural" do papel feminino. Mas essa desigualdade de gênero não atua isoladamente: ela se imbrica com hierarquias raciais e de classe que estruturam o acesso à terra, ao trabalho e ao reconhecimento social (Furtado; Kato; Barros Junior, 2022).

Assim, a plantação-modelo organiza corpos e funções de maneira desigual, mas sua lógica de controle não se limita às relações humanas. Os números revelam seu impacto brutal sobre o próprio território: enquanto a cobertura florestal encolhe para míseros 2,32% da área municipal, segundo o Censo Agropecuário (IBGE | Cidades@..., 2017), a soja avança de 558 hectares em 1985 para 64.388 hectares em 2021 (Cobertura do Solo..., 2021) – um crescimento de 115 vezes em 36 anos. Tudo isso nos indica o projeto de tomada de controle da *plantation*. Mas, como antevisto, essa transformação não é meramente quantitativa: as grades dos tratores não lavram apenas a terra, lavram também mundos. Em cada volta da grade sobre o solo, mais do que preparar o terreno para o plantio, desenha-se um horizonte de sentido, um mundo *plantocrático* aplainado.

Ao observar seus efeitos em um município como Capão do Cipó, percebemos que o avanço da monocultura reverbera nas relações sociais, na alimentação, nos modos de habitar e nas possibilidades de futuro. Contra esse avanço

homogeneizante, os enfrentamentos – mesmo que sutis, fragmentados ou silenciosos – continuam a brotar. São eles que nos convidam a imaginar outras formas de viver com e na terra, em que o cuidado, a diversidade e a justiça tenham centralidade, similarmente à obra de Cámara.

Brechas e insurgências: a vida nas margens

Na vastidão monocromática dos campos de soja que dominam Capão do Cipó, pequenos focos de cor insistem em florescer – em tons laranja vibrantes. A prímula-da-tarde (*Oenothera mollissima*), com suas flores vibrantes, rompe a monotonia do "deserto verde", desafiando a lógica da *plantation* que busca erradicar qualquer forma de vida que não se enquadre em seu projeto de produtividade. Essas plantas, consideradas "daninhas" ou "pragas" – mas que na verdade são vitais para a proteção e a manutenção das atividades microbiológicas do solo –, evocam a presença de corpos humanos e mais-que-humanos cujas existências são frequentemente moduladas, assimiladas ou descartadas conforme os imperativos da *plantation* sojicultora.

Não por acaso, o aparato técnico e simbólico que sustenta essa lógica de erradicação extrapola o manejo das lavouras e alcança também o campo da publicidade. A campanha publicitária de uma multinacional agroquímica, fixada em um centro comercial agrícola em Capão do Cipó, mostra um arqueiro futurista mirando suas flechas-herbicidas sob o *slogan* "Precisão e Controle". A imagem personifica o controle das plantas daninhas como uma missão épica, associando o agente do agronegócio a um herói de guerra. O arco e flecha de aparência futurista e as vestimentas reforçam a metáfora da lavoura como um verdadeiro campo de batalha. A promessa implícita é a de precisão cirúrgica, em que cada "inimigo" – neste caso, as plantas daninhas – pode ser abatido com eficiência e sem margem para erro. A guerra é declarada contra qualquer forma de vida que ouse existir fora dos padrões estabelecidos. O mesmo olhar que classifica plantas como "pragas" é capaz de enxergar o MST sob a lógica da ameaça, transformando os assentados da reforma agrária em alvos a serem eliminados, quando em desacordo com o projeto unificador.

Contudo, essa lógica de eliminação não se restringe aos manuais agrícolas. Ainda durante o aniversário de emancipação política do município, enquanto

a prímula-da-tarde vicejava silenciosamente nas margens da lavoura de soja ali perto, na praça central o deputado federal Sanderson, do Partido Liberal (PL), bradava contra os, em suas palavras: "vagabundos do MST", prometendo fuzis à polícia militar para erradicá-los, afinal, em Capão do Cipó eles não se criam. Sua fala, que ecoava o ideário bolsonarista em seu ápice, não foi um deslize retórico, mas a expressão crua de uma necropolítica (Mbembe, 2016) que define quais vidas merecem prosperar e quais devem ser eliminadas – assim como os manuais agronômicos determinam quais espécies vegetais podem e devem crescer.

Como analisa Tavares dos Santos (2002), os conflitos agrários no Brasil são marcados por práticas de violência que operam como norma social, sustentadas por estruturas históricas de exclusão. A pistolagem, o discurso do medo e a repressão aos movimentos sociais formam o que podemos chamar de uma necropolítica agrária que transforma a morte em dispositivo de governança. Em consonância, o estudo de Ferrari da Costa, Botton Piccin e Bruno (2024) sobre o patronato rural gaúcho, há uma estratégia deliberada de construir "sujeitos genéricos" como antagonistas – representados principalmente pelo MST e Partido dos Trabalhadores (PT) – para consolidar uma identidade de classe unificada.

Essa mesma lógica opera na guerra contra as "plantas daninhas": tanto a prímula-da-tarde quanto os assentados da reforma agrária são reduzidos a categorias de ameaça a serem eliminadas. A pesquisa mostra como o patronato rural aciona sistematicamente o discurso da "lei e ordem" contra movimentos sociais, especialmente em contextos de conflito. Não por acaso, o deputado Sanderson (PL), em seu discurso de 2022, ecoou exatamente esse repertório ao declarar guerra aos "vagabundos do MST". A resposta veio em forma de vaias e protestos. Assentados e apoiadores do MST transformaram a praça num espaço de confronto, obrigando Sanderson a recuar e sair escoltado pela polícia militar. Naquele momento, tornou-se visível o que normalmente permanece oculto: a insurgência cotidiana dos que insistem em existir apesar de todas as tentativas de erradicação. Como a prímula-da-tarde que brota entre o asfalto e a lavoura, esses corpos encontraram uma brecha para vociferar.

A mateada democrática organizada pelo MST em janeiro de 2023, em resposta aos ataques bolsonaristas às instituições públicas, mostrou outra

faceta dessa insurgência. Enquanto o agronegócio investe em tecnologias de morte e as caminhonetes 4x4 circulam ao redor da praça, os assentados da reforma agrária movem cuias de chimarrão, transformando o espaço público em lugar de encontro e diálogo. Aqui se dá uma recuperação do sentido da mateada, capturado pelo gauchismo hegemônico. Não se trata, entretanto, da roda de mate guarani original, que se dá em silêncio meditativo, na primeira hora do dia. Se mateia, nesse momento, também como modo de, em algum momento da roda, ter a cuia em mãos e, com ela, silenciar a fala, ser todo-escuta do outro. Como as lagoas que duplicam a felicidade no romance de Cámara (2021), a mateada multiplica vozes e presenças, criando ondulações no tecido aparentemente liso do poder.

Ainda que a soja esteja presente nos assentamentos, isso não basta para deslocar os assentados do lugar emblemático de ameaças. Na lógica do patronato rural e da elite política conservadora, como revela o estudo de Ferrari da Costa, Botton Piccin e Bruno (2024), não é a cultura agrícola que define a aceitação ou exclusão social, mas a origem camponesa, a organização coletiva, o pertencimento a movimentos sociais e o modo de vida que desafia as hierarquias historicamente estabelecidas. Mesmo quando plantam soja, assentadas(os) seguem sendo tratadas(os) como "invasores" e "daninhos", como sujeitos indesejáveis à ordem agroindustrial. Essa contradição evidencia que o conflito ultrapassa a dimensão produtiva e está enraizado em disputas mais profundas por território e legitimidade.

Nesse contexto, a prímula-da-tarde, o MST e China Iron compartilham uma mesma condição: estão em desalinho com o sistema-*plantation* que busca a homogeneização e o controle total. Mas, é justamente nesses desvios, nas margens, que se revela a robustez transformadora da vida. Quando Sanderson foi escorraçado, quando a prímula-da-tarde floresce à beira do asfalto, quando China Iron abandona a tapera em busca de si mesma, eles performam a mesma verdade: nenhum sistema de controle é tão perfeito que não deixe escapar possibilidades outras. À maneira de Tsing e dos curadores do Feral Atlas (2020), trata-se de um processo *feral*: uma emergência produzida a partir de projetos humanos, mas que escapa aos seus domínios. Essa qualidade feral cresce nas condições da *plantation*, pois, como nos

mostra Tsing (2019), é nas ruínas desse projeto que a vida mais exuberante encontra formas de florescer.

A fuga de China Iron – da tapera, da cis-heteronormatividade, da colonialidade – não representa apenas uma ruptura individual, mas a fundação de um outro imaginário coletivo. Como analisa Magri (2022, p. 290), China "vai deslizando para fora de qualquer identidade, rumo a novas formações de parentesco interespécies". A travessia opera uma trans-formação radical, em que nomes, gêneros e até os limites da espécie são fluidificados. Segundo Magri (2022, p. 296), citando Haraway (2021), essa nova comunidade, composta por humanos, animais e plantas, constitui uma "imensa família *queer* das espécies companheiras", que desafia as fronteiras biológicas e sociais, propondo modos de convivência não hierárquicos. Em vez do paraíso cristão da culpa e da obediência, constrói-se um "paraíso sem cristãos, maçãs ou serpentes", onde o prazer, a liberdade e a diferença são princípios fundantes (Magri, 2022, p. 296).

O romance de Cabezón Cámara (2021) nos ajuda a colocar em perspectiva que a "terra da soja" nunca é apenas isso. Por baixo da aparente uniformidade, pulsam histórias de insurgência: corpos e desejos que insistem em existir, plantas que teimam em brotar e bichos noctâmbulos perspicazes que se esgueiram de suas tocas na escuridão, corpos compostos com e desde a terra, como lembra a narrativa. Se a *plantation* tenta disciplinar até os afetos, o romance revela que não há herbicida capaz de matar o desejo. Enquanto se impõe uma moralidade cristã cis-heteronormativa – como implícito na canção interpretada em praça pública e discutida na seção anterior – China Iron, Liz e Fierro desenham sua sabotagem, dando brecha para o prazer frutificar. Subvertendo os códigos patriarcais, os três personagens experimentam um erotismo condenatório à *plantation*, ecoando as teorias de Audre Lorde (2019), para quem o poder do erótico está em sua capacidade de desafiar sistemas de opressão. No Pampa contemporâneo a família nuclear e "tradicional" é celebrada, mas em seus interstícios, nos não-ditos, residem os desejos indomáveis.

Assim, a prímula-da-tarde que os agrônomos tentam erradicar, os assentados da reforma agrária que o deputado queria eliminar, e a protagonista que escapa do destino traçado para ela, todos são parte de um mesmo movimento

de desobediência. Eles revelam que por trás da fachada de controle absoluto, o Pampa – tanto o "real" quanto o literário – é um espaço, mais do que isso, um mundo em constante disputa, em que múltiplas formas de vida emulam seu direito a existir. Nessa disputa, cada flor que brota onde não deveria, cada corpo que ocupa espaço público, cada personagem que reinventa seu destino e reivindica seus quereres, são vitórias contra a padronização imposta, seja ela agrícola, política ou narrativa.

Mesmo com a impressionante ocupação territorial da soja – que cobre cerca de 78% do município –, áreas minoritárias em termos de extensão adquirem influência figurativa como aquilo que ainda não foi completamente domesticado ou convertido em cifra. São matas residuais, banhados persistentes, quintais, pequenas roças, caminhos de bichos, territórios de vida que não se deixam capturar com facilidade. Não se trata de romantizar a margem, mas de reconhecer que é nesses interstícios – não totalmente integrados ao modelo *plantocrático* – que germinam e se (des)envolvem outras formas de relação com a terra, com o tempo e com os corpos.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foi tramado um debate entre o romance, os conflitos agrários e a pesquisa interdisciplinar de cunho etnográfico realizada no Pampa gaúcho. Com isso, procurou-se demonstrar que os conflitos pela terra ultrapassam a esfera jurídico-material e revelam embates ontológicos. Encontramos, nas margens de Capão do Cipó e da ficção especulativa de *As aventuras da China Iron*, modos persistentes de habitar a terra que desobedecem à lógica da *plantation*. Como plantas daninhas que insistem em nascer onde não foram semeadas, esses modos de vida escapam ao controle total, atravessam as cercas e irrompem as possibilidades de permanência, reinvenção e criação de outras formas de relação.

Essas formas de existência – ora visíveis, ora subterrâneas – não se limitam à negação do modelo dominante, mas criam alianças, sentidos e temporalidades próprias. A literatura, nesse contexto, não se oferece como reflexo da realidade, mas como campo de fricção, invenção e reencantamento. Ao fabular mundos outros, a obra de Gabriela Cabezón Cámara encarna,

ela mesma, uma desobediência estética e ontológica à homogeneização que sustenta o agronegócio e seus desdobramentos coloniais.

Ainda que o artigo aborde as dimensões materiais da *plantation* – sua lógica produtivista, sua estrutura fundiária concentradora, sua relação com a monocultura da soja –, não pretende encerrá-la numa análise puramente materialista ou determinista. O romance cumpre papel decisivo nesse deslocamento, ao nos lembrar que o poder da *plantation* não está apenas nos tratores ou nas cercas, mas também na produção de sentidos, na imposição de temporalidades e na organização do imaginário.

Se a análise material revela a maquinaria da *plantation*, a literatura ampara a escuta dos ruídos, afetos e vidas que vibram sob sua superfície aparente. Sendo assim, a relação entre literatura e ciências sociais configura um campo epistemológico ímpar, no qual a linguagem artística transcende a dimensão estética para se tornar instrumento singular de investigação social. Como demonstra Bastide (1977), a dimensão poética permite acessar o inefável da experiência humana, aquilo que escapa às categorias analíticas convencionais. Essa perspectiva encontra sua expressão vivaz em *As aventuras da China Iron*, em que a narrativa literária ficcional desvela camadas de significado sobre os conflitos agrários e o território comumente inacessíveis a abordagens sociológicas tradicionais.

A obra de Cámara exemplifica o que Candido (2014) conceitua como "sistema simbólico de comunicação inter-humana", no qual a ficção opera não como mero reflexo, mas como forma singular de organização e interpretação da realidade social, assim como as ciências sociais. A autora constrói uma representação do Pampa que configura um universo simbólico coerente, capaz de apreender a complexidade das relações entre humanos e território com substancialidade. Essa abordagem corrobora a afirmação de Palmeira e Carneiro (2013) sobre como narrativas literárias podem apontar para pistas ainda inexploradas pelas ciências sociais, particularmente no que diz respeito às dimensões subjetivas dos processos históricos.

A proposta de Saer (2012) de uma "antropologia especulativa" encontra eco na obra de Cabezón Cámara. A autora não se limita a documentar os processos de modernização do Pampa, mas os reconstrói através de uma tessitura narrativa

que incorpora mitos, sonhos e subversões, expandindo assim as possibilidades de representação. Se, como argumenta Becker (2009), os romances oferecem acesso privilegiado aos processos sociais subjetivos, a dimensão especulativa da narrativa de China Iron radicaliza essa potência, permitindo explorar não apenas o que é, mas o que poderia ser a vida no Pampa.

A pujança analítica da literatura manifesta-se particularmente na capacidade de articular as macroestruturas sociais com as micro experiências individuais. Como observa Becker (2009, p. 173-174), romances realistas frequentemente oferecem "mais acesso ao pensamento das pessoas envolvidas" do que análises sociológicas convencionais. Em China Iron, essa qualidade torna visíveis os efeitos subjetivos da expropriação territorial, aspecto que dados quantitativos sobre conflitos fundiários dificilmente capturam.

Essa complementaridade metodológica evidencia-se particularmente na representação da paisagem. Enquanto estudos sociológicos do rural frequentemente tratam o espaço como cenário ou recurso, a literatura de Cabezón Cámara, seguindo a perspectiva de Hatoum (2004, p. 86), mostra como o Pampa é construído por meio de "linguagens que as precedem" – os discursos coloniais, as narrativas gauchescas, as memórias subalternizadas. A terra aparece, assim, não como dado natural, mas como construção em permanente disputa, na qual se inscrevem labirínticas relações de poder, afeto e enfrentamento. Como demonstra Birgit Müller (2021), mesmo no interior da agricultura industrial, produtores não se relacionam com a terra apenas a partir do cálculo econômico, mas também por meio de formas específicas de cuidado, apego e responsabilidade. Trata-se, contudo, de um cuidado profundamente ambíguo, capturado por regimes técnico-científicos e corporativos que tendem a converter a relação com o solo em uma prática de controle e correção permanente.

É diante dessas ambivalências, em que cuidado, afeto e regimes de controle se entrelaçam, que a literatura se torna uma chave analítica fundamental. A contribuição específica da literatura para a análise social reside, portanto, no que Candido identifica como sua capacidade de "organizar o real" através de escolhas estéticas particulares. Ao desmontar o mito do gaúcho heroico, Cámara não apenas crítica uma narrativa histórica fundante do emblema da

argentinidade, mas reconstrói o imaginário social sobre o Pampa, demonstrando como a ficção pode servir, nas palavras de Becker, como "análise social" tanto quanto como obra artística. Nesse sentido, a "antropologia especulativa" de Saer converge com a sociologia literária de Candido: ambas reconhecem que a ficção, ao reorganizar o real através do imaginário, revela contradições sociais que as metodologias usuais podem eclipsar.

Esta análise corrobora a premissa de que, como sugerem Palmeira e Carneiro (2013), a literatura pode funcionar como "método de trabalho" para as ciências sociais. Como proposto, a abordagem literária complementa e complexifica a análise sociológica. *As aventuras da China Iron* traz à baila os conflitos agrários no Pampa e demonstra o valor heurístico da interdisciplinaridade para a compreensão das sociedades contemporâneas, confirmando que a fronteira entre literatura e ciências sociais é, antes de tudo, um espaço de exuberância teórica e metodológica.

Em última instância, o gesto especulativo da literatura como o de Cámara não apenas representa as insurgências: ele mesmo é insurgência. É na criação de mundos possíveis, de novos pactos com a terra e com a memória, que se enredam os motins visíveis e invisíveis que tecem o Pampa em suas contradições contemporâneas. Esses ecos entre a literatura e o vivido revelam que a travessia – como gesto de rasura e invenção – persiste como possibilidade, mesmo em contextos marcados pela violência da homogeneização. Como afirma Hall (2021), a obra de Cámara re-futuriza o Pampa ao conjugar o ecológico e o *queer*, criando raízes alternativas fundadas no prazer, na multiplicidade e na convivência. Essa contranarrativa, ao reescrever um texto fundacional da identidade nacional argentina e da própria gauchicidade pampeana, abre brechas para imaginar futuros outros, menos coloniais, menos estéreis, mais vivos.

As aventuras da China Iron e as narrativas cotidianas em Capão do Cipó não nos oferecem retratos de um passado perdido, tampouco utopias plenas: oferecem, sim, a materialidade frágil e promissora dos mundos em construção. São travessias que desafiam o progresso linear da *plantation*, afirmando a terra como território de afetos, de comunalidade e de futuros possíveis. Como China Iron em sua travessia pelo Pampa, recusamos a ideia de que só há um caminho possível, mesmo quando o arqueiro-herbicida da campanha agroquímica

tenta eliminar tudo o que escapa à plantação-modelo. As plantas daninhas são mestras da arte da fuga, assim como os corpos e desejos que não se curvam à homogeneização. Plantas-daninhas e pessoas-daninhas performam a recusa da normatividade e desorganizam a promessa de totalidade da *plantation*, desafiando o monocultivo da terra e do pensamento.

Referências

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013.

BARUA, Maan. *Plantation worlds.* Durham: Duke University Press, 2024.

BASTIDE, Roger. A propósito da poesia como método sociológico. *Cadernos*, v. 10, n. 1, p. 75-82, 1977.

BECKER, Howard. *Falando da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BINKOWSKI, Patrícia. *Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais*. Pelotas: Plageder, 2018.

BLASER, Mario. Ontological conflicts and the stories of peoples in spite of Europe: toward a conversation on political ontology. *Current Anthropology*, Chicago, v. 54, n. 5, p. 547-568, 2013.

BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol (Ed.). *A world of many worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.

BORGES, Antonádia. A nação contra a formiga: o uso possível da literatura nas interpretações socio-históricas dos conflitos rurais no Brasil. *In*: LIMA, Eli Napoleão de; ZILLY, Berthold (Orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 51-64.

BORRAS JR., Saturnino *et al*. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, Presidente Prudente, n. 12, p. 6-17, 2012.

CÁMARA, Gabriela C. *As aventuras da China Iron*. Belo Horizonte: Moinhos, 2021.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

CHAO, Sophie. *In the Shadow of the Palms:* more-than-human becomings in West Papua. Durham: Duke University Press, 2022.

COBERTURA DO SOLO em Capão do Cipó. *MapBiomas*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://encurtador.com.br/lsnRx. Acesso em: 5 maio 2025.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. The Earth is Sweet: On Cottica Ndyuka (De) compositions. *Comparative Studies in Society and History*, v. 66, n. 2, p. 242-266, 2024.

DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena en los Andes: reflexiones conceptuales más allá de la «política». *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 33, p. 273-311, 2020.

DE LA CADENA, Marisol. *Earth beings:* ecologies of practice across Andean worlds. Durham: Duke University Press, 2015.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, p. 95-117, 2018.

DOLCE, Julia; BORGES, Antonádia. Toda a floresta ao redor: fome e territórios inabitáveis. *Estudos Históricos*, v. 37, e20240303, 2024.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. *Revista de Antropología Social*, Madrid, v. 21, p. 23-62, 2012.

FERAL ATLAS. *Thrives with the Plantation Condition*. Stanford: Stanford University Press, 2020. Disponível em: https://feralatlas.supdigital.org/?cd=true&bdtext=feral-atlas-as-a-verb-beyond-hope-and-terror&rr=true&cdex=true&text=fq-thrives-with-the-plantation-condition&ttype=essay. Acesso em: 18 dez. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: Antônio Márcio Buainain. (ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FERRARI DA COSTA, Felipe; BOTTON PICCIN, Marcos; BRUNO, Regina. 'Se você é contra o PT, meu partido é você': uma análise das mobilizações do patronato rural do Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, 2024.

FURTADO, Fabrina Pontes; KATO, Karina Yoshie Martins; BARROS JUNIOR, Orlando Aleixo de. *Raça, gênero e classe*: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

GLOWCZEWSKI, Barbara. The waking desert: when non-places become events. *Deleuze and Guattari Studies*, Edinburgh, v. 15, n. 1, p. 1-14, 2021.

HALL, Allison. *Imaginaciones de una pampa alternativa*: multiplicidad y futuro en distancia de rescate y Las aventuras de la China Iron. 2021. Tesis (Doctorado) – Department of Spanish, Haverford College, Philadelphia, 2021.

HARAWAY, Donna *et al*. Anthropologists are talking – about the Anthropocene. *Ethnos*, v. 81, n. 3, p. 535-564, 2016.

HARAWAY, Donna. *O manifesto das espécies companheiras*: cachorros, pessoas e alteridades significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HATOUM, Milton. Laços de parentesco: ficção e antropologia. *In*: PEIXOTO, Fernanda A.; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HERNÁNDEZ, José. *El gaucho Martín Fierro*. Traverse City: Independently Published, 2017.

HETHERINGTON, Kregg. Agribiopolitics: The health of plants and humans in the age of monocrops. *Environment and Planning D: Society and Space*, Thousand Oaks, v. 38, n. 4, p. 682-698, 2020.

HOLLIVER, Gabriel. Sobre modos de lidar com a terra: homogeneização, diferença e mistura. *In*: GOLDMAN, Marcio (org.). *Outras histórias*: ensaios sobre a composição de mundos na América e na África. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021. p. 218-233.

IBGE | CIDADES@ | Rio Grande do Sul | Capão do Cipó. *IBGE*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-do-cipo/pesquisa/24/76693. Acesso em: 19 abr. 2025.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os nativos charrua/minuano, guarani e kaingang: o protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto do Rio Grande do Sul. *In*: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (org.). *Releituras da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2011. p. 15-42.

LAW, John. *After method*: mess in social science research. London: Routledge, 2004.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MAGRI, Ieda. Aventuras da China Iron: trans-formações radicais para o fim do mundo. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

MCKITTRICK, Katherine. Plantation futures. *Small Axe*, Durham, v. 17, n. 3, p. 1-15, 2013.

MÜLLER, Birgit. Glyphosate—A love story. Ordinary thoughtlessness and response-ability in industrial farming. *Journal of Agrarian Change*, Hoboken, v. 21, n. 1, p. 160-179, 2021.

NKOSI, Mbuso. *These potatoes look like humans*: the contested future of land, home and death in South Africa. New York: NYU Press, 2023.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. *Segundas Jornadas de História Regional Comparada*, p. 1-16, 2005.

PALMEIRA, Moacir; CARNEIRO, Ana. Apresentação: Antropologia e Literatura. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 7-11, 2013.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, Florianópolis, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PENNA, Camila. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-25, 2022.

RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS criados e reconhecidos. *Incra*, Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf/view. Acesso em: 29 maio 2025.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. *FronteiraZ*, São Paulo, n. 9, p. 320-325, 2012.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 16-32, 2002.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. *Journal of Peasant Studies*, Thousand Oaks, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS). *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 16, n. 23, p. 131-149, 2013.

STRATHERN, Marilyn. A clash of ontologies? Time, law, and science in Papua New Guinea. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Chicago, v. 9, n. 1, p. 58-74, 2019.

TABELA 6880 – NÚMERO de estabelecimentos agropecuários... *IBGE*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880#resultado. Acesso em: 22 dez. 2025.

TORT, Paulliny. *Erva brava*. São Paulo: Fósforo, 2021.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo*: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1 edições, 2022.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas*: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WOLFORD, Wendy. *This land is ours now*: Social mobilization and the meanings of land in Brazil. Durham: Duke University Press, 2010.

WYNTER, Sylvia. Novel and history, plot and plantation. Savacou, v. 5, n. 1, p. 95-102, 1971.

Como citar

FERREIRA, Eduarda. As plantas daninhas na plantação-modelo: literatura, plantation e conflitos em torno da terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2025, e2533207, DOI: https://doi.org/10.36920/esa33-2_07

Creative Commons License. This is an Open Acess article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.